



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA A REALIZAR NO DIA
7 DE ABRIL DE 2020

N.º 08/2020

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles - Projeto de requalificação das Margens da Ribeira D' Arcã 7
- 2 – Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles - Proposta de renovação da rede elétrica no centro da Vila – Sede..... 8
- 3 – Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles - Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius..... 10
- 4 – Aprovar as Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo 2020..... 11

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 5 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado 18
- 6 – Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Outros – COVID-19 – Ratificação de Despacho..... 18

Tesouraria

- 7 – Demonstração de Desempenho Orçamental de 13 de março a 02 de abril de 2020..... 20

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 8 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes 21
- 9 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência..... 22



- 10 – Aprovação do Projeto de Execução “Espaço Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História” 23

Serviço do Ambiente

- 11 – Combate ao Novo Coronavírus – COVID-19 – Cerimónias Fúnebres..... 24

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

- 12 – Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião – Faturação..... 25

Serviço da Ação Social

- 13 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião – Formação de Tripulante de Ambulância de Socorro – Pedido de Subsídio..... 26
- 14 – Fundação Dr. Carneiro Mesquita – Pedido de Subsídio..... 27

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 15 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 27



I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou as seguintes Propostas: -----

----- 1.1 – “Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, venho propor a seguinte proposta: ----

----- PROPOSTA -----

----- A atual situação de Crise Sanitária, causada pela pandemia do COVID-19, veio limitar e alterar drasticamente o modo de vida da sociedade portuguesa, e em particular os nossos munícipes. Tais restrições tornam necessárias medidas específicas de apoio às famílias penaguienses, pelo que proponho direcionar tais apoios para as áreas de serviços considerados essenciais, como é o caso da água para consumo humano, seja para ingestão como para garantir a salubridade e higiene, mas também a energia elétrica, que não se limita à iluminação, mas também à preparação de refeições e funcionamento de diversos equipamentos individuais de apoio à saúde. -----

----- O impacto da atual pandemia requer um esforço de todos nós, todos somos vítimas, e por isso, em conformidade com o princípio da igualdade, todos os cidadãos deverão ser tratados com a mesma diligência. -----

----- Neste pressuposto venho requerer a V.ª Ex.ª que estabeleça desde já, e com caráter de urgência, conversações com as empresas de distribuição de água e de energia elétrica, no concelho de Santa Marta de Penaguião, no sentido que seja criado um entendimento, para que o fornecimento destes serviços seja realizado a custos mais reduzidos, podendo ser deferido no tempo, e que o Município de Santa Marta de Penaguião, como Estado de Governação Local, tem de estar disponível para custear essa despesa, aliviando os orçamentos familiares dos munícipes, neste período de pandemia. -----

----- A aplicação de medidas de “isolamento social” implicam o cancelamento de todas as atividades realizadas por ajuntamento de pessoas, assim, as diversas ações desta natureza, constantes no Plano de Atividade do Município de Santa Marta de Penaguião para o ano de 2020

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020

não deverão ser realizadas, devendo as respetivas dotações orçamentais servir para outros fins, nomeadamente o pagamento de água e eletricidade dos cidadãos do concelho de Santa Marta de Penaguião, neste período sensível de pandemia. -----

----- A título de exemplo, indico no quadro seguinte, um conjunto de ações previstas no Plano de Atividades para 2020, e respetiva dotação orçamental, passível, no nosso entendimento, de redução e/ou cancelamento. -----

Código	Ação	Financiamento previsto
2.1.2.02. (...)	Redução em 30% dos custos com transportes escolares	50 250,00€
2.3.2.(...)	Passeio Anual sénior	28 600,00€
2.3.2.(...)	Festa de Natal sénior	23 600,00€
2.3.2.(...)	Redução 40% ao Programa "Solidarius"	30 240,00€
2.5.1.(...)	Semana Cultural	62 500,00€
2.5.1.02.(...)	Comemorações Municipais	14 000,00€
2.5.1.02.(...)	Caminhada Noturna	6 750,00€
2.5.02.02.(...)	Rampa de Santa Marta	31 150,00€
2.5.02.02.(...)	Férias Ativas/Campo de Férias	22 970,00€
2.5.02.02.(...)	Encontro de Masters	5 300,00€
2.5.02.02.(...)	Encontro de Regionais de Natação	2 310,00€
2.5.02.02.(...)	Outras Atividades diversas de desporto e lazer	5 500,00€
2.5.02.02.(...)	Redução 30% às Associações Desportivas	23 400,00€
		306 570,00€

- a) A redução de pelo menos 30% dos custos com transportes escolares, uma vez que as aulas estão suspensas, e provavelmente no terceiro período letivo não haverá atividades letivas; -----
- b) O passeio sénior e a festa de natal sénior são atividades que deverão ser imediatamente canceladas, por questões de segurança sanitária; -----
- c) As atividades de ajuntamento de pessoas deverão ser cancelados; -----
- d) A época desportiva 2019/2020 foi interrompida em fevereiro de 2020, pelo que os custos que lhe estão associados são substancialmente reduzidos, devendo os dinheiros públicos serem canalizados para necessidades de maior emergência; -----



----- O tempo é escasso, a emergência está na ordem do dia, pelo que tais medidas deverão ser adotadas com carácter de urgência, caso contrário, em nada contribuirão para alguma tranquilidade da nossa população. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 18 de março de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles” -----

----- 1.2 – “Assunto: “Algumas medidas a adotar face à atual situação de pandemia” -----

----- Sendo as autarquias a primeira linha de ação na frente de combate à atual situação de pandemia, torna-se necessário implementar algumas medidas sanitárias e de apoio à população, cujas competências deverão ser assumidas pelo Município de Santa Marta de Penaguião, que considero importantes na atual situação e que passo a enumerar: -----

----- a) Criação de um gabinete de crise, em articulação com os serviços de saúde e proteção civil local e distrital, com linha de contacto próprio, telefónico e email, que deve ser divulgado a toda a população do concelho; -----

----- b) Criação de uma rede de apoio à população mais idosa e isolada, envolvendo as juntas de freguesias, Associações de Bombeiros, recursos humanos e transportes do Município, para fazer chegar a essas pessoas os bens de primeira necessidade, como alimentação e medicamentos; --

----- c) Realizar a desinfeção periódica do espaço urbano da Vila sede, utilizando produtos químicos recomendados pela Direção Geral da Saúde. Aplicar ainda esta medida às principais ruas das diversas freguesias (dentro dos perímetros urbanos); -----

----- d) Realizar a limpeza e desinfeção periódica dos espaços envolventes aos ecopontos e demais locais de depósito de lixo domésticos em todo o concelho; -----

----- e) Aquisição de kits de material de proteção individual, como máscaras e sprays de desinfeção das mãos, para distribuir prioritariamente nos Lares de Idosos, e para a população em geral; -----

----- f) Criação de um centro municipal de rastreio da COVID- 19, articulado com o centro de saúde de Santa Marta de Penaguião, devendo o Fórum de Atividades destinar-se exclusivamente para essa tarefa; -----

----- g) Divulgar junto da população a necessidade de higienização diária, nomeadamente tomar banho pelo menos duas vezes por dia. O vestuário e calçado usado fora de casa não deve ser levado para dentro de casa; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- h) Estimular os restaurantes do concelho na prática do serviço de “Take Away” e promover a informação junto da população; -----

----- i) Adquirir e distribuir a toda a população sacos do lixo em material reciclável de 20 litros, para que todo o lixo seja devidamente confinado. -----

----- Câmara Municipal e Santa Marta de Penaguião, 24 de março de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles – Projeto de Requalificação das Margens da Ribeira D’Arcã

----- 1 – Relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 06 de março de 2020, para consulta de processos de obras. -----

----- A Chefe da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, emitiu a informação, com o seguinte teor: -----

----- “Na resposta ao pedido do Exmo. Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles, formulado através do denominado Requerimento n.º 5 datado de 6 de março de 2020 e onde é requerido ao Sr. Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião que sejam disponibilizados para consulta no dia 12 de março de 2020, os processos infra elencados: -----

----- i) Plano de Pormenor da Área de Expansão de Fontes; -----

----- ii) Projeto de Requalificação das Margens da Ribeira D’Arcã. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- Sou a informar que, a colaboradora Cristina Coelho entregou ao Exmo. Sr. Vereador supra identificado o processo do Plano de Pormenor da Área de Expansão de Fontes para o fim solicitado e comunicou verbalmente ao mesmo a inexistência do Projeto de Requalificação das Margens da Ribeira D'Arcã, tendo o mesmo solicitado que a citada informação deveria ser notificada por escrito. -----

----- Destarte e de forma a dar uma resposta cabal ao solicitado tomo a liberdade do propor ao Exmo. Sr. Presidente que se notifique o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles, que até à presente data não existe o Projeto de Requalificação das Margens da Ribeira D'Arcã." -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

**Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador
do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles - Proposta
de renovação da rede elétrica no centro da Vila – Sede**

----- 2 – Relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 06 de março de 2020, sobre a Proposta de renovação da rede elétrica no Centro da Vila – Sede. -----

----- Os Serviços Técnicos da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, prestaram o esclarecimento, com o seguinte teor: -----

----- “Na resposta ao pedido do Exmo. Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles, formulado através de Requerimento datado de 6 de março de 2020 e onde solicita ao Sr. Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião que promova uma inspeção às redes de distribuição de energia elétrica, com recurso a uma empresa especializada, de modo que seja identificada a extensão dos elementos a renovar, reforçar ou substituir, resultando um caderno de encargos para que sejam realizadas as obras necessárias, somos a informar que, -----



----- - O contrato de concessão da rede de distribuição de energia elétrica de baixa tensão do Município de Santa Marta de Penaguião, foi outorgado em 29 de junho de 2001 à EDP Distribuição Energia S.A.; -----

----- - De acordo, com o clausulado no n.º 3 do Artigo 8.º conjugado com o n.º 1 do Artigo 31.º ambos do Contrato de Concessão, a concessionária deverá promover as boas condições das redes elétricas, de forma a garantir um bom fornecimento de energia elétrica, para iluminação pública e particulares. -----

----- Neste circunstancialismo, o Município de Santa Marta de Penaguião sempre se pautou por monitorizar permanentemente a execução dos serviços concessionado, tendo como modus operandis o reporte imediato à concessionária de todas as anomalias de iluminação pública bem como do fornecimento de energia a particulares registadas em todo o território concelhio, através dos canais de comunicação existentes (APP – Aplicação móvel e Email). -----

----- Relativamente às alegações do Sr. Vereador, mais concretamente, que as anomalias na Alameda 13 de Janeiro e na Rua dos Combatentes, têm génese na sobrecarga da rede consequência das iluminações festivas sazonais como dos eventos (semana cultural), que geram ao longo dos anos um desgaste na referida rede, informamos que a rede física não se debilita/danifica com os consumos de energia que estes eventos exigem, até porque as potências requeridas são compatíveis com a capacidade da rede instalada, sob pena de a própria concessionária indeferir o pedido de ligação, por não se encontrarem reunidos os requisitos legais e regulamentares em vigor sobre a matéria "in casu". -----

----- Em coerência das razões de facto e de direito enunciadas, somos do parecer que a proposta da autoria do Exmo. Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles, de o Município promover uma inspeção às redes de distribuição de energia elétrica, com recurso a uma empresa especializada, de modo que seja identificada a extensão dos elementos a renovar, reforçar ou substituir, resultando um caderno de encargos para que sejam realizadas as obras necessárias, não é a solução mais adequada e proporcional, uma vez que, a génese do problema reportado não é as festividades realizadas pelo Município, como foi explanado anteriormente." -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

**Resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador
do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles – Programa
de Apoio ao Medicamento Solidarius**

----- 3 – Relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 06 de março de 2020, sobre o “Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius”, os Serviços da Ação Social, emitiram a informação com o seguinte teor: -----

----- “Em resposta ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Sr. Vereador do PPD/PSD, Daniel Teles, na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 6 de março de 2020, sobre o programa de Apoio ao Medicamento Solidarius e relativamente ao novo programa de comparticipação de medicamentos, protocolado com a Associação Dignidade, informa-se que o Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius iniciou no ano de 2014, tendo sido todos os anos analisados a entrada de novos requerimentos e reavaliados os processos das pessoas que já estavam a beneficiar do referido apoio. -----

----- Segue a seguinte tabela com a informação solicitada para conhecimento de V/ Excelência. --

----- Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius: -----

Ano	Entrada de Requerimentos	Reavaliados	Atribuídos	Indeferidos
2014	37 a)		5	
2015	212	5 + 32	98	151
2016	117	86	140	63
2017	191	138	291	38
2018	116	283	351	48

a) Destes requerimentos, 32 deram entrada na 2.ª quinzena de dezembro, não tendo havido oportunidade de análise e/ou atribuição em tempo útil, tendo passado para o ano seguinte

----- No que concerne ao protocolo assinado com a Associação Dignidade referente ao Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, foram cumpridas todas as diligências constantes no protocolo. -----

----- Segue a seguinte tabela com a informação solicitada para conhecimento de V/ Excelência, Programa abem: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



Rede Solidária do Medicamento

Ano	Entrada de Requerimentos	Atribuídos		Indeferidos	
2019/2020	234	170 Famílias	344 Beneficiários	64 Famílias	114 Pessoas

----- Face ao exposto aproveita-se também para informar V/ Excelência que os serviços de ação social do Município de Santa Marta de Penaguião estarão sempre disponíveis para esclarecer V/ Excelência sempre que assim o entender.” -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

**Aprovar as Normas de Procedimento e Participação
do Orçamento Participativo 2020**

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que o Orçamento Participativo se edifica tendo na sua génese o princípio da democracia e estado de direito democrático, conforme o preceituado no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa, contribuindo para uma intervenção ativa e informada dos cidadãos na vida política local; -----

----- Considerando que para que se incremente o Orçamento Participativo no Município é necessário, previamente, aprovar um regulamento com eficácia externa e as respetivas normas de procedimento e participação do Orçamento Participativo; -----

----- Considerando que o Regulamento Municipal do Orçamento Participativo foi aprovado pelos órgãos deste Município e foi publicado em Diário da República a 26 de fevereiro de 2019, cumpre-nos somente aprovar, neste ano de 2020, as normas de procedimento e participação do Orçamento Participativo; -----

----- Nestes termos, submete-se ao Executivo Municipal a presente proposta, no sentido de deliberar: -----

----- a) Aprovar as normas de procedimento e participação no Orçamento Participativo do Município para 2020, constantes do anexo; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- b) Que, em caso de aprovação, pelo órgão Executivo, das Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos e no sítio da Internet do Município." -----



----- Anexo -----

----- Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião – 2020 -----

----- Artigo I -----

----- Validade temporal das normas de participação -----

----- As presentes normas de participação são válidas para a edição de 2020 do Orçamento Participativo. -----

----- Artigo II -----

----- Âmbito territorial -----

----- O Orçamento Participativo abrange tão só o concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Artigo III -----

----- Dotação Orçamental -----

----- A Câmara Municipal prevê para o Orçamento Participativo do ano de 2020 a verba global de vinte e cinco mil euros (25.000€). -----

----- Artigo IV -----

----- Âmbito temático das propostas -----

----- As propostas a apresentar devem versar sobre as áreas de competência da Câmara, previamente delimitadas por decisão do Executivo municipal. -----

----- Artigo V -----

----- Participantes -----

----- 1. Podem participar com apresentação de propostas qualquer pessoa, com idade igual ou superior a 16 anos, que se relacione com o Município, sejam residentes, recenseados, estudantes, trabalhadores, representantes do movimento associativo, do mundo empresarial e restantes organizações da sociedade civil do concelho. -----

----- 2. Cada participante pode apresentar uma única proposta. -----

----- Artigo VI -----

----- Encontros participativos -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- O calendário dos encontros participativos é decidido pelo Presidente da Câmara e publicado na página da internet do Município e nas Juntas de Freguesia do Concelho. -----

----- Artigo VII -----

----- Normas de Participação -----

----- 1. O processo de orçamento participativo é composto por 9 fases, enumeradas e descritas nas alíneas constantes do presente artigo: -----

----- a) Encontros participativos (1ª fase), onde existe uma sessão de esclarecimento sobre o que se trata no orçamento participativo e a sua abrangência e um debate presencial entre os cidadãos para apresentação de propostas; -----

----- b) Apresentação de propostas (2ª fase); -----

----- c) Análise técnica pela Comissão Técnica criada (3ª fase), organizada pelos serviços municipais, e sua transformação em projetos (4ª fase) pelos respetivos serviços com competência nas áreas das propostas; -----

----- d) Período de reclamações (5ª fase); -----

----- e) Decisão sobre as reclamações (6ª fase); -----

----- f) Votação dos projetos (7ª fase), escolhendo o projeto considerado mais relevante em cada uma das áreas em que as propostas podem ser apresentadas, de acordo com os parâmetros a valorar; -----

----- g) Anúncio dos projetos vencedores (8ª fase); -----

----- h) Implementação e execução dos projetos vencedores (9ª fase). -----

----- 1. É criado um website, onde podem ser efetuados os envios das propostas e as respetivas votações. -----

----- 2. As propostas podem ser apresentadas através do website do Orçamento Participativo ou presencialmente, no Gabinete de Apoio ao Município, no Gabinete de Apoio à Presidência ou nas Juntas de Freguesia. -----

----- 3. Não são consideradas as propostas apresentadas por outra forma que não as mencionadas no número anterior. -----

----- 4. No caso de entrega presencial das propostas, estas não deixam de ser da autoria dos participantes, excluindo qualquer responsabilidade por parte da entidade que auxilia a receção ou conclusão da proposta. -----



- 5. Os participantes podem anexar elementos à proposta (fotografias, mapas, plantas de localização, ficheiros em pdf). -----
- 6. Há propostas que podem ter que ser ajustadas pela Comissão Técnica para que possam transformar-se em projetos a concurso, por forma a terem condições de execução, não se alterando nunca o seu conteúdo original. -----
- 7. A semelhança de conteúdo das propostas ou a sua proximidade a nível de localização pode originar a integração de várias propostas num só projeto. -----
- 8. Cada proposta não pode ultrapassar o valor da dotação orçamental definido pelo Executivo Municipal (25.000€), sob pena de ser excluída. -----
- 9. As propostas devem ser compatíveis com outros projetos e planos municipais, ser apresentadas com clareza na diferenciação em relação às atividades correntes do Município, devem ser específicas, bem delimitadas na sua execução, no território que abrangem e o impacto que têm na vida dos munícipes e devem conter os objetivos do projeto bem como o nome do participante. -----
- 10. As propostas não podem prever um prazo de execução ou de implementação que exceda os 12 meses. -----
- 11. As propostas apresentadas não podem ter como beneficiária qualquer organização do movimento associativo, ou entidades privadas, de índole religiosa, partidária ou militar. -----
- 12. As propostas que não respeitem os critérios aqui definidos são excluídas pela Comissão Técnica. -----
- 13. As propostas apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo, após o trabalho técnico de transformação em projeto, passam a ser propriedade do Município. -----
- 14. Estão impedidos de apresentar propostas os titulares dos órgãos autárquicos dos Municípios e das Freguesias e de participar na votação, assim como os colaboradores desses órgãos. -----
- 15. Os participantes inscritos no website autorizam o tratamento dos dados fornecidos no formulário de inscrição e participação para os efeitos necessários ao processamento do orçamento participativo e sua divulgação. -----
- 16. Com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados, o participante/votante do orçamento participativo pode, a qualquer momento, exercer o seu direito

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



de acesso, retificação e eliminação de dados pessoais, bastando para o efeito enviar pedido nesse sentido para orcparticipativo@cm-smpenaguiao.pt. -----

---- 17. A apresentação de propostas no website obriga os cidadãos a estarem registados e a aceitarem as regras de funcionamento do mesmo. -----

---- 18. Se no texto de apresentação existirem várias propostas, é considerada apenas a primeira delas. -----

---- 19. Não são aceites propostas de investimento, no âmbito de processos de Orçamento Participativo, que: -----

---- a) Configurem pedidos de apoio, vendas de serviços ou de interesse pessoal e único; -----

---- b) Após análise dos serviços técnicos, excedam a verba atribuída para o Orçamento Participativo, ou o prazo estimado de 12 meses para a sua execução; -----

---- c) Sejam relativos a cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara Municipal; -----

---- d) Não sejam tecnicamente exequíveis. -----

---- 1. Uma vez instruídas e apreciadas as propostas pela Comissão Técnica, é elaborado um relatório de análise. -----

---- 2. Os critérios de seleção das propostas são fixados pela Comissão Técnica de avaliação, no prazo de oito dias seguidos a contar da data da sua nomeação e devidamente divulgados, na mesma data, por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos e no sítio da Internet do Município. -----

---- Artigo VIII -----

---- Registo no website do Orçamento Participativo -----

---- O registo no website implica o preenchimento obrigatório de todos os quadros constantes no website, nomeadamente: nome, nif, BI/CC, data de nascimento e correio eletrónico, e ainda a conexão existente com o Município. -----

---- Artigo IX -----

---- Votação -----

---- 1. É criada uma Assembleia de Voto presencial no edifício da Câmara Municipal, funcionando todos os dias úteis, no horário de atendimento ao público dos serviços municipais, até dois dias antes do término do período definido para a votação. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- 2. Os cidadãos que recorram a esta Assembleia de Voto presencial devem estar munidos do documento de identificação (cartão de cidadão ou o cartão de identificação de pessoas coletivas, no caso das associações ou empresas) que permitam confirmar a sua conexão com o concelho. -

----- 3. Para exercer o seu direito de voto no website, o cidadão registado tem que aceder ao mesmo, sendo solicitado o seu número de cartão de cidadão. -----

----- 4. Cada cidadão só pode votar uma única vez numa única área em que é apresentada proposta. -----

----- 5. O número de votos no total e por proposta é divulgado e atualizado no decorrer da votação.

----- 6. A Câmara Municipal reserva-se o direito de rejeitar votos que levanten suspeitas de fraude.

----- 7. A enumeração das propostas é feita por ordem cronológica, tendo como referência o número de registo de entrada, e é apresentada publicamente pela ordem numérica de registo. ---

----- Artigo X -----

----- Lista provisória de projetos -----

----- Findo o prazo de análise das propostas, é afixada a lista provisória dos projetos do Orçamento Participativo, para submeter a votação com a indicação do respetivo orçamento e prazo de execução, bem como do nome do proponente da proposta. -----

----- Artigo XI -----

----- Reclamação, resposta e lista definitiva de projetos -----

----- 1. Os cidadãos que não concordarem com a forma de adaptação das propostas a projetos ou com a não adaptação de determinadas propostas a projeto, podem apresentar reclamação por correio eletrónico. -----

----- 2. A Comissão Técnica do Orçamento Participativo responde às reclamações. -----

----- 3. Depois de apurados os resultados da votação é publicada a lista de classificação dos projetos. -----

----- 4. A afixação da lista definitiva de projetos a submeter a votação contém a indicação do respetivo orçamento e prazo de execução e o nome do proponente da proposta. -----

----- Artigo XII -----

----- Projetos vencedores -----

----- 1. Os projetos vencedores são os mais votados por ordem sequencial que em conjunto tenham um custo estimado que não ultrapasse o limite do orçamento atribuído à edição em curso, e reúna os critérios exigidos, analisados pela Comissão Técnica. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- 2. As propostas vencedoras integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento do(s) ano(s) subsequente(s) ao ano da eleição das mesmas. -----

----- 3. Em caso de empate na votação, o critério de desempate é o do valor mais baixo, prevalecendo a proposta com menor valor de investimento estimado. -----

----- 4. A Câmara Municipal reserva-se o direito de implementar propostas colocadas a votação que não sejam vencedoras, mediante o reconhecimento do seu interesse para o Município, recorrendo para o efeito ao orçamento da Autarquia. -----

----- Artigo XIII -----

----- Transparência e prestação de contas -----

----- 1. De acordo com o princípio da transparência, o Município disponibiliza, no website do Orçamento Participativo, toda a informação atualizada sobre os processos. -----

----- 2. No final do processo é elaborado pela Comissão Técnica um relatório de avaliação final global do Orçamento Participativo. -----

----- Artigo XIV -----

----- Proteção de Dados -----

----- Os cidadãos inscritos no Orçamento Participativo autorizam o tratamento pela Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião dos dados fornecidos no formulário de inscrição no website do orçamento participativo, para efeitos de participação e/ou votação nas respetivas propostas. -----

----- Artigo XV -----

----- Casos Omissos -----

----- As dúvidas e omissões que surjam da interpretação das presentes normas são resolvidas pelo Presidente da Câmara." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, as Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião – 2020 e proceder à sua divulgação, nos termos da informação dos Serviços.** -----



DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de março de 2020.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuada entre 12 e 30 de março de 2020. -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

**Aquisição de Equipamento de Proteção Individual
e Outros – COVID-19 – Ratificação de Despacho**

----- 6 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado de 19 de março de 2020, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

----- “1 – Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, foram decretadas medidas extraordinárias e de carácter urgente, conforme se pode verificar do conteúdo do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19. -----

----- 1.1 – O artigo 2.º do Decreto-Lei referido, prevê o regime excecional de contratação pública no âmbito de prevenção e mitigação relativa à situação epidemiológica do Covid-19. O n.º 2 deste

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



artigo menciona que no caso de se tratar de ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual não seja superior a € 20 000, é aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e o seu n.º 3 estipula que não se aplicam as limitações constantes dos n.ºs 2 a 5 do artigo 113.º do CCP, estando as mesmas igualmente isentas do disposto no artigo n.º 27-A do mesmo código. -----

----- 2 – O combate à propagação do novo coronavírus implica a tomada de medidas imediatas e urgentes e para as quais é necessário efetuar despesas também elas inadiáveis, conforme é do conhecimento geral. -----

----- 3 – Considerando o mencionado no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que procede à ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, assim como à aprovação de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV -2, agente causador da doença COVID -19, que possibilita a realização das reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais até 30 de junho; -----

----- 4 – Considerando que o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que o Presidente da Câmara pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não seja possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade, **determino**, ao abrigo da supracitada disposição legal: -----

- a) A realização das despesas constantes do mapa anexo, para dar resposta às várias necessidades surgidas desta conjuntura social e de saúde pública; -----
- b) Que o presente despacho seja presente à próxima reunião do Executivo Municipal, para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º ambos do CCP e ainda do estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações.”-

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



Anexo

Firma	Descrição	Valor
Amazéns do Corgo, Lda	Kit para distribuição refeições alunos escalão A	217,71 €
Amazéns do Corgo, Lda	Sabonete líquido	12,79 €
Pedro Manuel de Sá Granja	Produtos de higiene e desinfeção	480,61 €
Polígono Direto Unip. Lda	Campainha para o Edifício dos Paços do Concelho	30,90 €
José Júlio Machado Jorge	Luvas e lixívia para as escolas	59,05 €
Paulo Bruno A. F. Patrício	Kit para distribuição refeições alunos escalão A	248,18 €
Incomedicura Personal Care, Lda	Máscaras proteção FFP2, máscaras Cirúrgica e luvas medicinais	3 929,11 €
Jose Manuel Moraes Barata - Soc. Unipessoal, Lda	Álcool Gel	375,00 €
Ecofirma - Gestão do Ambiente S.a	Desinfectante para interior e hipoclorito de sódio	503,07 €
Moveis Xico O Sacristão, Lda	Estrados para camas e colchões	2 345,00 €
Minfo - Comércio de Micro Informática, Lda	Visseiras de proteção	221,90 €
		8 423,32 €

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º ambos do Código dos Contratos Públicos e ainda do estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações. -----

Tesouraria

Demonstração de Desempenho Orçamental
de 13 de março a 02 de abril de 2020

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento a Demonstração de Desempenho Orçamental de 13 de março a 02 de abril de 2020, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020

Demonstração de Desempenho Orçamental			Data:	02/04/2020
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		159 490,83	Despesas Orçamentais	1 515 366,76
Execução orçamental	44 584,49		Correntes	1 521 284,60
Operações de tesouraria	114 906,34		Capital	264 082,16
Receitas Orçamentais		1 730 884,66	Operações de tesouraria	40 675,79
Correntes	1 521 081,47		Saldo para o dia seguinte:	355 195,23
Capital	209 803,19		Execução orçamental	260 102,39
Operações de tesouraria		20 862,29	Operações de tesouraria	95 092,84
Total		1 911 237,78	Total	1 911 237,78

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de março de 2020 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----



Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

---- 9 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

---- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

---- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro a Direção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

---- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direção Geral de Finanças referente ao mês de fevereiro, de 2020. -----

---- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55.º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

---- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

---- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

---- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

---- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços.** -----



**Aprovação do Projeto de Execução “Espaço Douro
do Frei João de Mansilha – Ligação de História”**

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

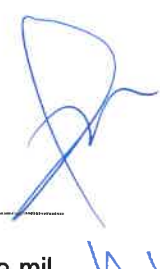
----- Definida a Estratégia de Desenvolvimento Municipal, que exigiu um esforço redobrado de enfoque e seletividade dos investimentos a executar, no âmbito da Estratégia de eficiência coletiva PROVERE – projetos âncora, assumida pelo consórcio que lidera a implementação da EEC do PROVERE Douro (Comunidade Intermunicipal do Douro – CIMDOURO), que esteve na génese da outorga do Contrato de Reconhecimento Formal das EEC do PROVERE Douro, encontra-se o projeto âncora “Espaço Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História”. -----

----- Ora, ambicionando o Executivo Municipal candidatar a operação sub judice ao Aviso NORTE-28-2020-06 - (Estratégias de eficiência coletiva PROVERE – Projetos Âncora), é necessário diligenciar todos os atos conducentes à sua submissão, entre os quais a aprovação do projeto de execução do “Espaço Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História” que é conditio sine qua non para a submissão da candidatura. -----

----- A operação tem como escopo principal a execução/criação de um espaço, onde será promovido o património cultural e histórico valioso e excecional da Região Demarcada do Douro e se contará a história da região e do Frei João de Mansilha. Esta operação possui um valor sócio cultural e turístico praticamente único a nível concelhio, regional e nacional. O seu potencial é claro e inequívoco e assumidamente um marco para a região, uma vez que, promove a história da região e do Frei João de Mansilha figura incontornável e fulcral na criação e desenvolvimento da primeira Região Demarcada e Legislada no Mundo e do respectivo produto Vinho Generoso. Assim, surgirá uma infraestrutura que inegavelmente fomentará a atividade turística no concelho e na região. ---

----- II – ANÁLISE DO PROJETO -----

----- Considerando que o projeto de execução se encontrava instruído de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 7.º da Portaria 701-H/2008 de 29 de junho, procedeu-se à recolha dos pareceres das entidades competentes, mais concretamente, da Direção Regional da Cultura do Norte, Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tendo o mesmo obtido parecer favorável. -----



----- Estima-se que o valor de investimento é de 369.388,41 € (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito euros e quarenta e um centavos), ao qual acresce o valor do IVA. -----

----- O projeto “*in casu*” encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação económica 02-07.03.03.13 e PPI 40/2018. -----

----- O órgão competente para aprovar o projeto de execução é o que tem competência para a decisão de contratar, como consta da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso em concreto é a Câmara Municipal. -----

----- III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas, tomo a liberdade de propor à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove o projeto de execução “Espaço Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História “.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade o projeto de execução “Espaço Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História “, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

Serviço do Ambiente

Combate ao Novo Coronavírus – COVID-19

Cerimónias Fúnebres

----- 11 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando: -----

----- O período difícil que estamos a viver, no combate ao novo coronavírus – COVID-19; -----

----- Que uma das formas de controlar a propagação do vírus já sobejamente conhecida de todos, através da Direção Geral de Saúde, é o contacto direto entre pessoas; -----

----- Proponho que o executivo municipal delibere, que a presença nos funerais, tenha nos cemitérios, municipal e paroquiais, o seguinte número de pessoas: -----

----- Morte com COVID-19: até 5 pessoas; -----



----- Morte com outras patologias: até 15 pessoas.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**
Serviço da Educação

**Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de
Santa Marta de Penaguião – Faturação**

----- 12 – Presente à reunião informação dos Serviços da Educação, com o seguinte teor: -----

----- “O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. -----

----- De acordo com o artigo 46.º do decreto-lei nº 21/2019 “a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, águas, outros fluidos e comunicações, compete aos municípios.” -----

----- Contudo, o Município apenas ficou como titular do contrato de fornecimento da Eletricidade para o Agrupamento de Escolas no dia 11 de fevereiro do corrente ano. -----

----- Assim, verificando que surgiu um documento de faturação de eletricidade ainda em nome do Agrupamento, e que não foi possível agregar à proposta do assunto *Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião – Faturação* na última reunião de câmara, propõe-se ao executivo municipal a transferência para o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião do valor correspondente de 2.394,10€, para a liquidação deste serviço.” -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 08 de 07 de abril de 2020



----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/414. -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à transferência no valor de 2.394,10€ (dois mil, trezentos e noventa e quatro euros e dez cêntimos), para o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.** -----

Serviço da Ação Social

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião – Formação de Tripulante de Ambulância de Socorro – Pedido de Subsídio

----- 13 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 491 de 09 de março de 2020, dando conhecimento que está a decorrer na Associação uma formação na área de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS), para 12 elementos, sendo 9 desta Associação e 3 da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fontes. -----

----- Comprometendo-se a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, com a anterior direção em custear as despesas com a referida formação, e sendo este curso extremamente importante para uma mais qualificada tripulação de socorro, solicitam um apoio monetário para a sua concretização. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/422. -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 7.200,00€ (sete mil e duzentos euros).** -----

Fundação Dr. Carneiro Mesquita – Pedido de Subsídio

----- 14 – Presente à reunião ofício da Fundação Dr. Carneiro Mesquita, registado sob o n.º 594 de 01 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento das nossas reuniões acerca da necessidade de apoio financeiro à Fundação Dr. Carneiro de Mesquita, aumentada após o recente crescimento da pandemia COVID – 19, que reduziu as participações familiares das respostas fechadas e que nos obrigará a estar dotados de todas as forças para responder positivamente a todas as necessidades que o concelho possa vir a ter... Assim, para fazer face à situação, vimos solicitar a atribuição dum subsídio de 50.000€.

----- Sendo aceite, a verba será utilizada para pagamento a fornecedores, aos credores particulares, uma parte para o pagamento de salários em atraso e outra para aquisição de bens para preenchimento da despesa, de modo a que nada falte na luta que se avizinha.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/421. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros).** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 15 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)